IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

"NÃO SEI PARA QUÊ TANTA LETRA": notas sobre um relato de experiência debatendo diversidade sexual e de gênero com jovens

Eixo Temático 06 - CORPO, GÊNERO E EDUCAÇÃO

Natália Pimenta Pinna[1]
Luna Ribeiro da Silveira[2]

RESUMO

O direito à educação sobre igualdade de gênero, orientação sexual e identidade de gênero é assegurado pela Constituição de 1988, pelas Diretrizes Nacionais de Educação e Diversidade, pela Lei Maria da Penha e pela ADPF de 2020, que considerou inconstitucional a proibição desses temas nas escolas. Apesar do respaldo legal, em 2022 apenas três estados brasileiros ofereciam aulas sobre sexualidade e gênero. Com o objetivo de fomentar reflexões e diálogos sobre essa temática, as autoras ministraram uma palestra a jovens periféricos de um programa social na zona norte do Rio de Janeiro, voltado à preparação para o mercado de trabalho. A atividade, participativa e reflexiva, revelou inseguranças e dúvidas marcadas pela influência da sociedade, mídias e redes sociais.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Educação, Diversidade, Juventude.

INTRODUÇÃO

É inegável afirmar que a educação ocupa papel estratégico e privilegiado no que tange debates acerca da diversidade de gênero e sexualidade, alcançando objetivos a curto termo de expandir a compreensão e conhecimento dos indivíduos que a ela tenham acesso, assim como objetivos a longo termo, tais quais aqueles que visam a promoção da igualdade de

[1] Assistente social (ESS/UFRJ). Cursando a Especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz). E-mail: nataliapinna.ufrj@gmail.com;
[2] Assistente Social (ESS/UFRJ). Cursando a Especialização em Saúde da Criança e do Adolescente Cronicamente Adoecidos pelo Programa de Residência Multiprofissional do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz). E-mail: c.lunaribeiro@gmail.com.

oportunidades e a erradicação de todas as formas de discriminações, preconceitos e violências.

De fato, o direito à educação para igualdade de gênero, orientação sexual e identidade de gênero encontra respaldo legal na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, nas Diretrizes Nacionais de Educação e Diversidade e na Lei Maria da Penha. Para que este direito seja efetivado, as escolas possuem um papel vital, reconhecido e reforçado por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de 2020, que julgou inconstitucional a proibição de temáticas relacionadas a gênero em escolas.

O presente trabalho teve origem por meio do convite de um programa social da zona norte da cidade do Rio de Janeiro às autoras para lecionar sobre gênero e diversidade. Esse programa objetiva oferecer formação complementar a jovens periféricos e de comunidades em situação de vulnerabilidade social, a fim de que se preparem para ingressar no mercado de trabalho. Desse modo, realizamos algumas considerações de um relato de experiência, em que buscamos promover o empoderamento e entendimento individual e social de jovens acerca da temática de gênero e sexualidades.

METODOLOGIA

Este trabalho versa sobre a experiência vivida diretamente pelas autoras no contexto de uma palestra lecionada ao decorrer de um encontro de 4 horas em maio de 2024. Houve o envolvimento de cerca de 17 alunos e 1 membro administrativo do programa social, de modo a abordar temas de gênero, identidade de gênero, sexualidade, feminismos, masculinidades, assim como propiciar reflexões que levassem ao empoderamento, entendimento de si, de seu gênero e de seus corpos.

As informações aqui apresentadas foram sistematizadas a partir de registros de participação, observações diretas, reflexão conjunta acerca das trocas observadas e dos materiais produzidos para a prática (projeção de slides, dinâmicas grupais e apresentação de vídeos). A abordagem é de natureza qualitativa e reflexiva, considerando a experiência como um processo de construção coletiva de saberes e aprendizagens.

O presente relato e suas observações não tem a pretensão de gerar generalizações, mas sim de compartilhar vivências que possam contribuir para o debate da temática e a formulação

de práticas semelhantes em contextos análogos, em defesa de uma educação interseccional e libertadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar dos diversos respaldos legais previamente enumerados, uma reportagem da revista *Gênero e Número*, publicada em fevereiro de 2022, se propôs a investigar se as redes estaduais possuíam diretrizes que viabilizassem a abordagem de questões sobre educação sexual dentro das salas de aula.

Dentre os resultados observados pontuam-se os seguintes: todos os estados contavam com iniciativas relacionadas à Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência; apenas 3 estados do Brasil orientavam escolas a terem disciplinas que lecionava sobre educação sexual; 29,6% indicavam atividades complementares que abordassem o tema na sala de aula durante o ano letivo; 40% dos estados contavam com ações extracurriculares, descritas pelo portal como parcerias ou iniciativas permanentes que previam a participação de profissionais de saúde para a realização de palestras, rodas de conversa e cursos de formação para famílias, alunos e professores (Gênero e Número, 2022).

Tendo em vista que o debate de gênero e diversidade ainda é um desfalque – por vezes, proposital – nas escolas e comunidades brasileiras, os jovens estudantes do programa social já mencionado solicitaram à coordenação uma aula sobre o assunto. A turma tinha cerca de 17 jovens, em sua maioria, do gênero masculino, negros e estavam próximos de completar os 18 anos de idade. Aplicando-se a lógica, por vezes ideal e nem sempre real, teriam todos completado o ciclo básico e o ciclo médio de estudos em redes públicas de ensino. Alguns estudantes estavam estudando também para prestar vestibular, além de curso preparatório para o mercado de trabalho.

Durante a palestra, foram abordados os temas de gênero, identidade de gênero e sexualidade, em que explicamos as diferenças entre sexo biológico e as variadas identidades de gênero, o que fez trazer à tona perguntas sobre pronome neutro, por exemplo. Em seguida, abordamos a realidade da comunidade LGBTQIAP+ e o que significa cada letra – que causou a indagação título deste trabalho –, assim como a origem da bandeira do movimento, levando à pergunta-chave do bloco: por que devemos falar sobre as pessoas LGBTQIAP+?

Porque o Brasil é o país mais LGBTfóbico do mundo (G1, 2024), em que cada pessoa foi morta violentamente a cada 32 horas em 2022 (Meirelles, 2023). Uma média de duas mortes a cada três dias. Mais da metade das vítimas (159 pessoas) foram travestis e mulheres trans, representando 58% dos assassinatos, além de 96 homens gays.

O Brasil teve 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIAP+ no ano de 2023, uma a mais que o registrado em 2022, e o maior número de homicídios e suicídios da população LGBTQIAP+ no planeta. Entre as 257 vítimas: 127 eram travestis e transgêneros; 118 gays; 9 lésbicas; 3 bissexuais. Sobre o recorte raça/cor, em um âmbito geral: brancos 14,39%, seguido dos pardos (10,50%) e pretos (10,89%). Se agrupados, pardos e pretos totalizam 21,39%.

Todos os estudantes expressaram grande choque ao serem apresentados à realidade da população trans no Brasil, se demonstrando profundamente impactados pela expectativa de vida de 35 anos, tendo em vista o fato de que a vida curta das pessoas trans está ligada aos altos índices de adoecimento, dificuldades no acesso e atendimento nos serviços de saúde e a transfobia (Benevides, 2023). Entre 2000 e 2023, 5.635 pessoas morreram em função do preconceito e da intolerância, e devido ao descaso das autoridades responsáveis (Gandra, 2023). Porém, também elencamos as conquistas do movimento no Brasil, como por exemplo a criminalização da discriminação contra essas pessoas, em 2019.

Ainda, abordamos sobre misoginia e machismo, em que trouxemos situações e falas cotidianas para a reflexão conjunta. Por isso, explicamos machismo estrutural, patriarcado e suas interconexões e imbricações na sociedade de uma forma ampla e aberta à participação e trocas com a turma. Os debates eventualmente se direcionaram ao campo das masculinidades, explorando o efeito do machismo na vida de todas as pessoas, independente de gênero, como a perpetuação de estereótipos e desigualdades.

Quanto às questões de gênero e desigualdades de gênero, atreladas aos feminismos e às masculinidades, muitos estudantes apresentaram respostas vagas ou ambíguas quanto ao que seriam os movimentos, embora todos soubessem responder o que era o machismo. Nisso, ilustramos o debate a partir do conceito de interseccionalidade (Akotirene, 2023), e questionamos: se cada mulher é atravessada não somente por seu gênero, mas também por sua sexualidade, raça/cor, classe social, território, condição física e mental, idade, então como mensurar suas desigualdades?

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) divulgou em março de 2024 alguns dados alarmantes sobre desigualdades de gênero no Brasil, os quais demonstramos

para os jovens. Por exemplo, mulheres recebiam apenas 78,9% do rendimento dos homens, uma desigualdade que se agrava com base na idade. Entre profissionais de ciências e intelectuais, as mulheres ganhavam apenas 63,3% do salário dos homens. Além disso, mulheres pretas ou pardas enfrentam maiores desigualdades em educação, renda, e dedicam mais tempo a afazeres domésticos e cuidados de pessoas, tendo menor participação no mercado de trabalho e menor representação política. Ademais, são mais afetadas por homicídios fora do domicílio e têm maior incidência de pobreza. Em relação às tarefas domésticas não remuneradas, as mulheres gastaram quase o dobro do tempo dos homens, com mulheres pretas ou pardas gastando ainda mais tempo nessas atividades do que as brancas.

Os estudantes foram impactados pela alta magnitude do fenômeno da violência contra mulher, demonstrado através de dados obtidos pela Rede de Observatórios da Segurança em 2023, que apontavam que em média pelo menos 8 mulheres foram vítimas de violência por dia e que um assasinato teria ocorrido um assassinato motivado por razões de gênero, menosprezo ou discriminação contra mulheres a cada 15 horas.

Observa-se que, à semelhança dos dados previamente mencionados, para a expressiva maioria dos jovens, o encontro relatado foi a primeira vez que tiveram interação com a temática de gênero e diversidade em um espaço de aprendizado, referindo com frequência à redes sociais, mídias de diversas formas e conversas informais como as principais exposições que tiveram ao tema. De fato, as mídias têm potencial informativo e educacional, mas também são carregadas de falsas informações e discursos de ódio.

Por fim, muitos jovens expressaram dúvidas na terminologia correta de certas orientações sexuais, por vezes confundindo certas sexualidades como panssexual e bissexual enquanto pessoas que “viravam” gays ou héteras após certo tempo sendo de outra orientação sexual. Além disso, muitos expressaram que a palestra foi também a primeira vez que tiveram contato com o tema das masculinidades, tendo se observado um momento de trocas considerável em que os jovens do gênero masculino se abriram a falar sobre como as expectativas sociais os impactavam em seu modo de socializar e em sua saúde mental.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa mostram que, em grande parte, foi observado certa incerteza e insegurança por parte dos estudantes ao responder ou perguntar sobre os temas apresentados, que refletem a forma como são abordados na sociedade brasileira, assim como diversas inferências e referências provindas de mídias e redes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

hooks (2013) afirma que a educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender, e acrescenta: "ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar de modo mais profundo e mais íntimo" (p.25). Abordar gênero e educação é um direito fundamental, e logo, um direito humano. Qualquer esforço para restringir esse direito configura uma afronta à Constituição, pois contraria princípios fundamentais como a igualdade no acesso e na permanência na educação, a proibição de discriminação, o compromisso com a qualidade do ensino e a garantia das liberdades de aprender e ensinar. Esses direitos estão intrinsecamente ligados ao respeito à diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e sexual, pilares essenciais de uma sociedade democrática e plural, conforme assegurado nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal.

Embora o espaço de acolhimento e o ensino de uma maneira mais horizontal tenha sido proveitoso na palestra analisada, de forma a conectar as autoras com os alunos de forma mais direta e promover trocas importantes, ainda assim se observa um grande déficit acerca de gênero e sexualidade na educação fornecida à juventude periférica recém formada no ensino médio. Longe de ser uma ocorrência isolada, isto se demonstra enquanto um desfalque expressivo dentro da educação brasileira, silenciado e perseguido por ideais conservadores – influenciados por uma moral neopentecostal por vezes – e um medo do espectro da ideologia de gênero.

Considerando os diversos e sistemáticos ataques aos grupos minoritários sobre o qual este debate se debruça, mas também à educação, destaca-se a necessidade de criar possíveis resistências inventivas. Logo, apoiar a atuação em prol de uma educação comprometida com a equidade de gênero e identidades, raça e orientação sexual, é lutar por uma sociedade democrática, justa, equitativa e inclusiva. Mas para além disso, é atuar na pedagogia revolucionária de valores, como bell hooks (2013) nos ensina, na construção de uma educação ética, afetiva e política.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** / Carla Akotirene. – São Paulo: Sueli Carneiro ; Editora Jandaíra, 2023.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: Distrito Drag, ANTRA; 2023.

GANDRA, Alana. **Dossiê contabiliza 273 mortes violentas de pessoas LGBTI+ em 2022.** Rio de Janeiro, 11 de maio de 2023. Disponível em: https://abrir.link/fDhul. Acesso em: 24 abr. 2025.

GÊNERO E EDUCAÇÃO. Pelo direito à igualdade de gênero na escola. [S.l.]: Ação Educativa; Geledés Instituto da Mulher Negra; Cladem; Ecos – **Comunicação em Sexualidade**, [2020?]. Disponível em: https://generoeeducacao.org.br. Acesso em: 24 abr. 2025.

GÊNERO E NÚMERO. Só três estados têm aulas de sexualidade e gênero na rede pública de ensino. **Gênero e Número**, 26 out. 2022. Disponível em: https://abrir.link/YyLLM. Acesso em: 23 abr. 2025.

G1 BA. Brasil registra 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em 2023, uma a mais que 2022, e segue como país mais homotransfóbico do mundo. **G1 Bahia**, 20 de janeiro de 2024. Disponível em: https://abrir.link/wcgMh. Acesso em: 24 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 6 mar. 2024. Disponível em: https://abrir.link/BkOzi. Acesso em: 24 abr. 2025.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MEIRELLES, Matheus. **Uma pessoa LGBTI+ foi morta violentamente a cada 32 horas no Brasil em 2022.** São Paulo, 11 de maio de 2023. Disponível em: https://abrir.link/laMuM. Acesso em: 24 abr. 2025.

OLIVEIRA, Elisângela, et al. **Dossiê Mulher 2023** [livro eletrônico]. 18ª ed. Série estudos; v. 2. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Segurança Pública, 2023.